

antes, pertencentes à classe média, "um veículo não institucional de acesso à elite política". (8)

Defendendo causas de interesse dos grupos populares - tais como: campanhas junto aos empresários tendo em vista o respeito à lei de repouso semanal remunerado e junto à Prefeitura para a solução de problemas de moradia e abastecimento de água nos bairros populares - a Igreja torna-se porta-voz destes grupos e elemento de mediação entre estes e o grupo no poder. Como consequência, passa a constituir uma força política respeitável, pois na medida em que controla o voto católico (\*), constitui um grupo de pressão dentro do PRM (\*\*). Frequentemente, a Igreja usa essa força no sentido de obter conquistas em causa própria. Como exemplo, podemos citar a campanha em favor da religião nas escolas mineiras, que contou com a adesão de nada menos de 30.000 pessoas, que se manifestaram de diversas formas, entre elas o abaixo assinado.

O ensino religioso havia sido retirado do currículo das escolas públicas do Estado em 1906, pelo Presidente João Pinheiro, que via neste ato um símbolo da independência do poder público em relação à Igreja, um símbolo da implantação do estado leigo. Em 1928, Antônio Carlos, atendendo às reivindicações do grupo católico, reintroduz a religião no currículo das escolas mineiras e, com esta medida, conquista a adesão do grupo católico para as medidas de caráter liberal de seu governo.

(\*) Para se ter uma idéia do peso do voto católico na balança do poder, nesta época, é importante lembrar que, segundo John Wirth, só a Associação Cristã de Moços congrega 15000 membros. WIRTH, John "Minas Gerais in the ...", op. cit., p. 11.

(\*\*) Na década de vinte, segundo John Wirth, o grupo católico chegou a levantar a hipótese da criação de um partido político próprio, mas veio a impossibilidade de uma ação política efetiva, fora dos quadros do PRM, decidiu-se por uma atuação dentro do próprio partido. WIRTH John "Minas Gerais in the ..." op. cit. p. 11.

A atuação da Igreja junto às classes populares em Belo Horizonte teve caráter simultaneamente mobilizador e desmobilizador. Sua ação é mobilizadora na medida em que reúne grupos de diferentes setores e se lança na defesa de seus interesses, conquistando assim sua adesão e tornando-se sua porta-voz nos contatos com os grupos detentores do poder. Adquire caráter desmobilizador na medida em que combate tenazmente a veiculação de idéias contrárias à sua ideologia (ex.: o anarquismo, o comunismo), impõe-lhes seu pensamento e orienta sua ação mobilizadora no sentido de promover a harmonia entre patrões e operários, "minimizando os conflitos entre o capital e o trabalho". (9)

Assim sendo, devido ao papel mediador exercido pela Igreja, as classes populares praticamente não se manifestam em Belo Horizonte, sob a forma de greves e outros conflitos (como ocorre em São Paulo e Rio de Janeiro, por exemplo), o que dá a falsa impressão de sua inexistência e consequentemente de ausência de pressões em relação ao poder.

Já em Juiz de Fora, principal núcleo industrial do Estado e "centro de certo significado neste setor para o País", (10) a situação se apresenta de outra forma. Embora o movimento operário nesta cidade seja frágil, por seu caráter inicial, apresenta certa vitalidade pelo fato de não ter sido cooptado pela Igreja.

Nos anos vinte, Juiz de Fora conta com 106 estabelecimentos industriais, a maior parte destinada ao setor têxtil, de alimentação, de bebidas, vestuário, calçados e cerâmica. A maioria de sua mão de obra se concentra no setor têxtil, sendo constituída de estrangeiros, mulheres e menores. Estes se reunem na Federação Operária Mineira, organização que associa operários de ofícios vários (indústria têxtil, sapateiros, alfaiates